



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639858 - SP (2021/0011266-8)

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : JULIANA ARAUJO LEMOS DA SILVA - SP215256  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEANDRO APARECIDO DOS SANTOS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEANDRO APARECIDO DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0006430-37.2020.8.26.0496).

O paciente – que cumpre pena desde 8/1/2018 – formulou pedido de retificação dos cálculos da reprimenda quanto à porcentagem para fins de progressão de regime, em decorrência da superveniência da Lei n. 13.964/2019, o que foi indeferido pelo magistrado singular, que manteve o lapso de 3/5.

A defesa interpôs agravo em execução penal, ao qual o Tribunal de origem negou provimento.

A impetrante sustenta que, com o advento da Lei n. 13.964/2019, que alterou o art. 112 da Lei de Execuções Penais, o lapso a ser utilizado no cálculo para a progressão de regime deveria ser o de 40%, uma vez que se trata de reincidente simples.

Afirma que a exigência do lapso correspondente a 60% da pena para a progressão somente se aplicaria ao reincidente na prática de crime hediondo ou equiparado, o que não seria o caso dos autos.

Requer, liminarmente e no mérito, seja reconhecida a incidência do disposto no inciso V do art. 112 da Lei de Execução Penal, determinando-se a aplicação da fração de 40% no cálculo para a progressão de regime das penas impostas ao paciente.

É, no essencial, o relatório.

Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência